

Capítulo final tem folclore e casuísmos

Dora Tavares de Lima

BRASÍLIA — No fim de maio, quando deverão ser votadas as Disposições Transitórias do projeto de Constituição, três grandes temas tomarão conta da Constituinte: o mandato do presidente José Sarney, as eleições municipais de novembro e a anistia aos militares cassados. Preocupada com a possibilidade de que a Constituinte, envolvida com esses embates, acabe aproveitando casuísmos, trens da alegria, privilégios ou simplesmente dispositivos desprovidos de sentido, a liderança do PMDB nomeou uma comissão que há três semanas se encarrega de fazer um exame minucioso dos 63 artigos e mais de 500 emendas que compõem as Disposições Transitórias.

Por definição, esse capítulo deve adaptar a realidade à nova ordem constitucional. Mas, por tradição, segundo o deputado Jorge Hage (PMDB-BA) — que integra a comissão junto com o deputado Antônio Gaspar (PMDB-MA) e os senadores Nelson Wedekin (PMDB-SC), Mansueto de Lavor (PMDB-BA) e Nelson Carneiro (PMDB-RJ) — é nas Disposições Transitórias que aparecem "os penduricalhos que servem para abrigar desde as propostas mais absurdas até os casuísmos mais escandalosos". Pelo pouco que a comissão examinou até agora, (chegou ao artigo 7º), o deputado Antônio Gaspar acha que ainda vai encontrar "muita bobagem". Ficou famoso o artigo 33 das Disposições Transitórias da Constituição de 1946, que mandava que o governo fizesse na capital federal um monumento em homenagem a Rui Barbosa. O artigo seguinte promovia o general Mascarenhas de Moraes a Marechal do Exército.

Pedro II — O assessor jurídico da liderança do PMDB, professor José Afonso da Silva, aponta alguns dispositivos do texto atual "que servem apenas para atender a interesses específicos e regularizar situações". O artigo que mantém o Colégio Pedro II sob responsabilidade da União é típico. No texto permanente foi aprovado que o ensino de 1º e 2º Graus fica a cargo dos estados e municípios, e a ressalva nas Transitórias deixa o Pedro II como exceção. Já as escolas técnicas que hoje pertencem à União, mas não tiveram a sorte de ter alunos eminentes como os constituintes Ronaldo César Coelho, Afonso Arinos e Sandra Cavalcanti, não recebem menção alguma e, segundo o ex-deputado João Gilberto, correm o risco de ser fechadas.

O senador Chagas Rodrigues (PMDB-PI) dá cinco anos de prazo para que o governo conclua a construção da rodovia Brasília-Fortaleza. O objetivo do senador é integrar o Nordeste ao centro do Brasil, e ele usou como modelo um artigo semelhante da Constituição de 46, dando dois anos de prazo para o governo concluir a construção da rodovia Rio-Nordeste.

Jogo — Evaldo Gonçalves (PFL-PB) e Gerson Peres (PDS-PA) estão preocupados com o jogo. Evaldo quer que no Nordeste seja "permitida a exploração de jogos de azar", e Peres pretende a liberação do jogo do bicho. O governador de Fernando de Noronha, César Mesquita, acha que "a máfia do jogo" está por trás de duas emendas que pretendem a extinção do território que governa. Ismael Wanderley (PMDB-RN) deseja a anexação de Fernando de Noronha ao Rio Grande do Norte, e José Moura (PFL-PE) pretende integrar o território a Pernambuco. "Isso é uma demagogia alucinada", reage Fernando César.

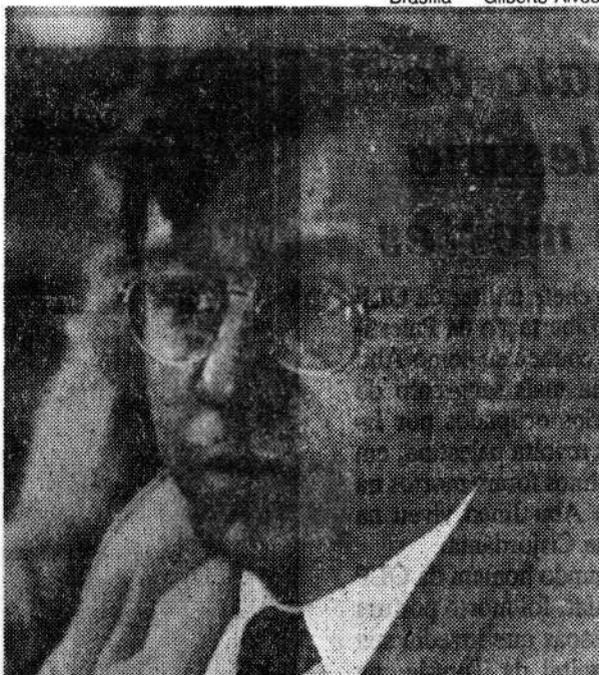
O deputado Osmir Lima (PMDB-AC) acredita que apenas sendo uma república independente é que o Acre terá condições de se desenvolver.

O evangélico Fausto Rocha (PFL-SP) faz questão de incluir no artigo 24 que os feriados nacionais são 7 de Setembro, 15 de Novembro, 1º de Janeiro e 1º de Maio. Revoga os feriados nacionais de 21 de abril e 12 de outubro, dia de Nossa Senhora Aparecida.

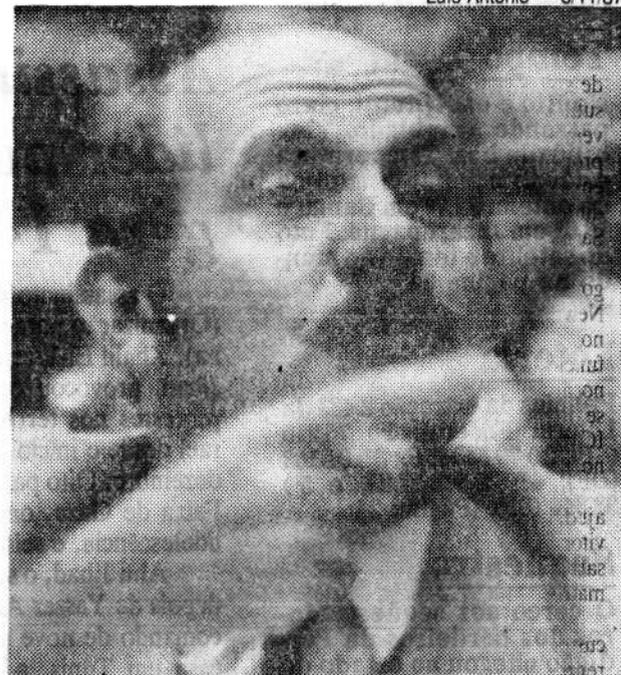
A tarefa que mais exige astúcia, segundo o deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), é detectar os trens da alegria, as armadilhas para prorrogar as eleições municipais, e retirar as que, aparentemente, são de interesse nacional mas inexequíveis na prática.

Brasília — Gilberto Alves

Luís Antonio — 8/11/87



Lima: um país chamado Acre



Hage quer tirar penduricalhos do texto

Votação abrangerá itens importantes

Nem tudo que está nas Disposições Transitórias é irrelevante ou folclórico. Alguns pontos, ao contrário, são extremamente importantes e polêmicos.

Mandato — O deputado Matheus Iensen (PMDB-PR) ainda não sabe o que pensa o Planalto, mas admite que, se o presidente achar melhor, retira a emenda que dá cinco anos de mandato para Sarney. Na opinião de Vivaldo Barbosa, essa providência é ociosa, "porque basta a aprovação do texto do *Centrão*, que não fala em mandato, para que valha o texto permanente de cinco anos para todos". As emendas de quatro anos, bem como o texto da Sistematização, precisaram de 280 votos e, além da emenda Matheus Iensen, ainda há uma de Nilson Gibson (PMDB-PE) suprimindo do texto qualquer referência ao mandato de Sarney.

Eleições — Trabalhando contra a realização de eleições municipais neste ano há 13 emendas. Apenas uma proíbe claramente a prorrogação, de autoria do senador Itamar Franco (PL-MG). A do deputado José Geraldo (PMDB-MG) inova: diz que os sucessores dos atuais prefeitos tomarão posse em 1995. Pelo raciocínio de Geraldo, se houver eleição em 88, o mandato será de seis anos.

Plebiscito — O PDT quer submeter toda a Constituição, depois de pronta, a um plebiscito. Luís Alfredo Salomão (RJ) e Lysâneas Maciel (RJ) têm emendas nesse sentido que prevêm a repetição de todo o trabalho se a população rejeitar o texto. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP), monarquista,

quer submeter o sistema de governo de sua preferência a plebiscito em 1993.

Partidos — Os deputados Adolfo Oliveira (PL-RJ) e Ronaro Correa (PFL-MG) estão propondo a extinção dos atuais partidos logo após a promulgação da Constituição, mas Ronaro abre uma boa perspectiva para os dissidentes do PMDB e permite que um bloco de 30 parlamentares forme partido.

Incentivos — Para o Nordeste são criados incentivos de todo tipo. Desde a criação de uma grande zona de processamento para exportação na região, até empréstimos "a juros módicos" a agricultores e industriais e isenção de pagamento dos encargos para a Previdência Social a empresas lá localizadas. Esta última, de autoria do senador Marcondes Gadelha (PFL-PB). "quebraria toda a Previdência", na opinião do senador Roberto Campos (PDS-MT). Ele também não concorda com a eternização de Manaus como Zona Franca, embora tenha sido seu criador quando era ministro do Planejamento.

Dívida — A esquerda aproveitou o espaço das Disposições Transitórias para decretar a moratória. Algumas emendas propõem pura e simplesmente a suspensão dos pagamentos logo após a promulgação da Constituição. Outras sugerem que antes haja uma auditoria da dívida antes da suspensão do pagamento. Já Wilson de Souza (PMDB-SC) prefere limitar os juros sobre o principal da dívida a 3%. "Uma bobagem", classifica Roberto Campos.

Os dispositivos que tratam do Poder

Judiciário e do funcionalismo público é que abrigam os trens da alegria. "Não passará um só", garante Jorge Hage. Ele acha que os trens da alegria nem são tantos, "mas escandalosos o suficiente".

Poder Judiciário — Os ministros do Tribunal Federal de Recursos serão promovidos pela Constituição, se aprovado o artigo que obriga o recém-criado Superior Tribunal de Justiça a aproveitá-los em seus quadros. Os aposentados terão o mesmo privilégio. A nova advocacia da União deverá absorver os ocupantes de cargos em autarquias e outros órgãos. Os juizes de paz, que hoje são nomeados e não remunerados, passam a ter os mesmos direitos dos novos integrantes da carreira, que passam a ser pagos e devem ser eleitos. Os antigos não precisam submeter-se a eleição. Os auxiliares de cartórios podem ocupar, sem concurso, o cargo de técnico judiciário juramentado.

Funcionalismo — Ficam estáveis os funcionários que contêm cinco ou mais anos de serviço, inclusive os servidores da administração indireta e fundações mantidas pelo poder público. De acordo com emenda do deputado Paulo Mineirone (PMDB-RS), os servidores admitidos a partir de 15 de março de 1967, sem concurso público, devem fazer prova de seleção seis meses após a promulgação da Constituição. Os reprovados serão aposentados com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço. Jairo Azi (PFL-BA) pretende que, para fins de aposentadoria, o tempo do exercício do mandato dos prefeitos seja contado em dobro. (D.T.L.)